

# Educação para a democracia no século das mídias sociais

Ryan T. Knowles

*É professor associado de Educação em Estudos Sociais e Estudos Culturais na Faculdade de Formação de Professores e Liderança da Universidade Estadual de Utah. Seus interesses de pesquisa concentram-se em democracia e educação, ideologia de professores e estudantes e análise de dados em larga escala.*

*E-mail: ryan.knowles@usu.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7298-5975>.*

Steven Camicia

*Steven Camicia é professor e chefe do Departamento da Faculdade de Formação de Professores e Liderança da Universidade Estadual de Utah. Sua pesquisa focaliza currículo e instrução nas áreas de consciência de perspectivas e justiça social, em sua relação com a educação democrática.*

*E-mail: steven.camicia@usu.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4953-7995>.*

Lorissa Nelson

*Doutoranda na Faculdade de Formação de Professores e Liderança da Universidade Estadual de Utah. A sua investigação centra-se em modelos socioculturais de ensino em alunos multilíngues na adolescência tardia e no seu impacto na esperança destes.*

*E-mail: lorissa.nelson@usu.edu. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2052-8932>.*

**Resumo:** As mídias sociais têm apresentado desafios e oportunidades voltados à educação para a democracia. Sempre existiram elementos estruturais da comunicação que permanecem ocultos e perpetuam desigualdades. Mídias sociais aceleraram e fortaleceram essas estruturas ocultas por meio de algoritmos. Neste ensaio argumentativo, examinamos como o letramento midiático crítico pode revelar estruturas de poder ocultas e apoiar a educação para a democracia. O letramento midiático crítico pode ajudar os alunos a identificar elementos excludentes, imprecisos, ausentes e polarizantes nas mídias sociais, ao mesmo tempo que examinam e discutem questões e eventos. Sob essa perspectiva, as mídias sociais oferecem oportunidades para a educação para a democracia. O letramento midiático crítico e a educação para a democracia proporcionam oportunidades para aumentar o engajamento cívico e a renovação.

**Palavras-chave:** mídias sociais; democracia; educação cívica; letramento midiático crítico.

**Abstract:** Social media has provided challenges and opportunities for education for democracy. There have always been structural elements of communication that are hidden and perpetuate inequalities. Social media has accelerated and empowered these hidden structures through algorithms. In this argumentative essay, we examine how critical media literacy can uncover hidden power structures and support education for democracy. Critical media literacy can help students identify exclusionary, inaccurate, missing, and polarizing elements of social media while examining and discussing issues and events. Seen through this lens, social media provides opportunities for education for democracy. Critical media literacy and education for democracy provide opportunities for increasing civic engagement and renewal.

**Keywords:** social media; democracy; civic education; critical media literacy.

Recebido: 29/07/2025

Aprovado: 27/10/2025

## 1. INTRODUÇÃO

Mova-se rápido e quebre coisas. A menos que você esteja quebrando coisas, você não está se movendo rápido o suficiente.

*Mark Zuckerberg*

Notícias de última hora — Revelações — Ruína — Ponto de ruptura? As inovações tecnológicas avançam a uma velocidade vertiginosa, trazendo consigo uma conectividade social sem precedentes. Esses avanços transformaram os próprios alicerces da nossa comunicação, da nossa política e até mesmo da nossa sociedade civil. Por conta disso, os jovens estão cada vez mais engajados na vida cívica online e, embora benéfico, esse acesso irrestrito traz consigo desafios crescentes tanto para seus relacionamentos pessoais quanto, de forma mais ampla, para a própria democracia.

Os alunos precisam desenvolver opiniões, compartilhá-las com os outros e ter oportunidades de discordar dos colegas e dos professores. Esses componentes essenciais da *educação para a democracia* permitem que os alunos participem de conversas significativas sobre as questões mais relevantes da nossa época (Camicia; Knowles, 2021). Entre outras coisas, isso dá aos alunos a oportunidade de discutir como as relações de poder podem distorcer o discurso, desde a forma como as perguntas são apresentadas, passando pela troca de palavras em uma discussão, até mesmo na lembrança dessas discussões. Esse desequilíbrio muitas vezes reflete e confirma preconceitos, incluindo os relacionados a raça e gênero. O crescimento meteórico do uso de plataformas de mídia social como Instagram, YouTube, Facebook, TikTok, Twitter e Snapchat abriu um poderoso caminho para disseminar uma enxurrada de mensagens políticas para os jovens sem essas discussões sobre os desequilíbrios de poder — sem o reconhecimento dos vieses. Na nossa era de conectividade, o cotidiano dos alunos inclui discussões sobre política e ideologia política. Os jovens de hoje precisam tomar decisões políticas diariamente. Devem eles compartilhar aquele meme com mensagens políticas questionáveis? Devem manter amizades online com amigos e parentes que publicam conteúdo com opiniões contrárias às suas? Essas são decisões que as gerações anteriores enfrentavam apenas ocasionalmente, mas a maioria dos jovens de hoje é bombardeada o tempo todo ao checar seus múltiplos dispositivos móveis. Como a tarefa sempre presente de tomar decisões políticas e sociais impacta o seu bem-estar?

Não estamos sugerindo que as mensagens sociais e políticas de épocas anteriores fossem menos sérias, menos polarizadoras ou mais fáceis de lidar. Não desconsideramos nem minimizamos a avalanche de anúncios na TV, jornais, rádio e outros meios de comunicação. No entanto, existem diferenças marcantes nas mídias sociais que vão além da frequência com que esses anúncios são vistos ou da gravidade do problema. O encanto das mídias sociais reside em seu caráter social, permitindo que o usuário comum interaja publicando seu conteúdo original e se conecte com um círculo maior de pessoas que compartilham seus

interesses. Menos encantador, porém, é a manipulação inerente à exposição de conteúdo que as empresas de mídias sociais empregam para criar essas conexões: especificamente, estamos falando de algoritmos. Algoritmos são operações de resolução de problemas que seguem um conjunto de regras passo a passo; no caso dos algoritmos de mídias sociais, esses passos conectam os usuários a conteúdos que provavelmente irão gostar, selecionando o conteúdo que lhes é apresentado com base em seus cliques anteriores. O ciclo eleitoral de 2010 e 2012 oferece um exemplo simples, porém poderoso, da influência de um algoritmo de mídia social. Os usuários do Facebook tinham a opção de indicar se haviam votado. O Facebook então exibiu aleatoriamente uma publicação com a mensagem “*Eu votei*” para um grupo, mas nada para o grupo de controle (Sunstein, 2017). Essa pressão social de simplesmente ver que um amigo online havia votado aumentou a probabilidade de votação, resultando em um aumento estimado de 340.000 votos reais. Usando um software de identificação linguística, o Facebook também identificou publicações de usuários com tons positivos e negativos (O’Neal, 2016). A empresa conseguiu influenciar o tom das publicações dos usuários enviando atualizações mais positivas ou negativas para seus feeds. Como esperado, os usuários que viam mais publicações positivas tendiam a publicar mais atualizações positivas, enquanto a negatividade surgia ao verem mais publicações negativas. O Facebook demonstrou com sucesso que manipular seu algoritmo poderia impactar o estado emocional de um usuário.

Professores que trabalham em prol da educação para a democracia buscam um modelo para o ensino do letramento midiático crítico que seja baseado em pesquisas acadêmicas. O letramento midiático crítico é frequentemente definido como uma resposta às formas mutáveis da comunicação de massa, da cultura popular e das novas tecnologias, com foco na crítica ideológica e na análise da política da representação (Goering; Thomas, 2018; Kellner; Snare, 2007). À medida que incorporamos mais tecnologia em nosso cotidiano, estudiosos como Stoddard (2014) argumentam que também devemos incluir a educação midiática como parte integrante da formação de professores, do currículo, dos padrões curriculares e da pesquisa acadêmica. Essa inclusão pode se tornar uma pedagogia transformadora que abre as salas de aula para questionar as mudanças sociais e explorar concepções equivocadas sobre vieses e neutralidade (Funk; Kellner; Share, 2016). Raça, classe, gênero e identidade são projetados pelas lentes tanto da mídia quanto do usuário individual. Os alunos precisam entender como processar esses significados e processar narrativas conflitantes nesse cenário em constante transformação das mídias sociais e do engajamento cívico.

As seções a seguir revisam a literatura relevante para identificar os desafios e as oportunidades proporcionadas pelas mídias sociais. Em vez de demonizar ou glorificar as mídias sociais, argumentamos que os educadores devem ajudar os alunos a navegar pelas complexidades das plataformas online. Posteriormente, fornecemos uma estrutura de como o letramento midiático crítico pode ser utilizado para promover a cidadania digital na sala de aula. Fazemos isso com

base na estrutura de Choi (2016) de ética, letramento midiático e informacional, participação/engajamento e resistência crítica.

## 2. DESAFIOS

As mídias sociais são uma forma rápida e frenética de disseminar informações para o maior número possível de pessoas dispostas a vê-las, independentemente de sua validade ou confiabilidade (Jaeger & Taylor, 2021). Nesse novo cenário revolucionário, o engajamento cívico da juventude é desafiador, pois o processo privilegia manchetes chamativas em detrimento da verdade objetiva. No impactante estudo de Schradie (2019), intitulado *The revolution that wasn't: How digital activism favors the conservatives*, podemos observar a eficiência com que alguns grupos conservadores da extrema-direita exploraram os medos de seus seguidores para promover ideologias ultraconservadoras. Sob o pretexto do ativismo digital, eles criaram um vasto ecossistema informacional que oferece uma plataforma online para grupos que normalmente permanecem à margem da mídia tradicional. Em 2022, o Pew Research Center publicou um estudo explorando os sites de redes sociais alternativas mais populares, incluindo Parlor, Rumble, Telegram e Truth Social (Stocking *et al.*, 2022). O estudo constatou que aproximadamente 6% dos americanos utilizam regularmente sites como esses como fonte de notícias. Embora representem uma pequena porcentagem da nossa população, a base é leal. Essas novas plataformas se tornaram um refúgio para usuários que se sentem indesejados ou foram banidos de plataformas de mídia social mais consolidadas. Mais de um terço dos usuários relata contribuir financeiramente para suas causas. As contas de usuários mais populares frequentemente promovem temas pró-Trump, pró-americanos e religiosos, e muitas vezes utilizam linguagem associada a teorias da conspiração. Muitos usuários citam a liberdade de expressão como o motivo pelo qual preferem plataformas alternativas e se opõem amplamente à censura — mesmo quando as notícias são falsas ou ofensivas. Além disso, cerca de 52% relatam ter visto notícias que não teriam visto em veículos de comunicação tradicionais. A compreensão de que as publicações nessas plataformas podem ser falsas não impede os usuários de apoiar e compartilhar essas novas informações. Em uma sociedade onde o ambiente discursivo pode mudar drasticamente, a educação para a democracia exige que os educadores estejam atentos a novos desenvolvimentos, como as plataformas alternativas de mídia social, a fim de orientar os alunos no consumo crítico desse discurso.

Em teoria, uma sociedade com acesso a uma plataforma onde qualquer pessoa pode compartilhar suas opiniões tem o potencial de fortalecer a democracia. No entanto, temos visto as repercussões do que acontece quando pessoas com agendas inerentemente antidemocráticas exploram essa plataforma. Por sua própria natureza, as mídias sociais estão disponíveis para ambos os grupos. E por causa disso, em minutos, os estudantes podem encontrar conteúdo que

retrata seu mundo de maneiras drasticamente diferentes. Por exemplo, os estudantes podem estar inclinados a confiar em informações que vêm de uma fonte aparentemente confiável. No entanto, grupos como a Prager University (PragerU), que não é uma instituição acadêmica acreditada (Universidade de Georgetown, 2020), simulam credibilidade com títulos e credenciais enganosas para insinuar que suas mensagens têm alguma legitimidade acadêmica — o que não têm. Em vez de conceder credenciais e diplomas, a PragerU cria vídeos curtos para serem compartilhados online. Muitos desses vídeos contêm retórica anti-muçulmana e promovem teorias da conspiração. Por exemplo, seus vídeos afirmam que o presidente Kennedy seria republicano hoje; que o Partido Democrata lutou contra os direitos civis enquanto apoiava a Confederação e a Ku Klux Klan; e que o Partido Republicano libertou os escravos. Essa reformulação da narrativa histórica do nosso país ignora o realinhamento da ideologia dos partidos políticos que ocorreu ao longo dos últimos cem anos. Basicamente, os partidos políticos mudam suas plataformas com o tempo e as relações de poder também se transformam, então os nomes dos nossos partidos políticos são menos importantes do que a forma como seus valores se alinham com seus equivalentes históricos. Esse é um fenômeno bem conhecido, ensinado na maioria das aulas de estudos sociais do ensino médio. No entanto, com mais de 3 bilhões de visualizações, os criadores de conteúdo da PragerU não consideram, nem apresentam, esses fatos básicos; em vez disso, omitem o contexto relevante para fornecer informações poderosas, porém enganosas, para obter ganhos políticos contemporâneos. A intenção desse canal é promover a lealdade ao Partido Republicano por meio de conteúdo que parece inócuo, mas que frequentemente contém linguagem de teoria da conspiração e ignora o noticiário para se concentrar em conteúdo divisivo com o objetivo de influenciar o jovem eleitor indeciso para a direita. O contexto importa. A autoria importa. Quando os alunos são expostos a informações políticas nas redes sociais, é importante que eles entendam a motivação por trás da produção desse conteúdo. Quem se beneficia com a audiência? É importante que os educadores ajudem os alunos a formular as perguntas importantes por si mesmos.

Os algoritmos geram lucro para anunciantes e criadores de conteúdo. Eles fazem isso direcionando os espectadores para conteúdo relacionado às suas curtidas, cliques e visitas anteriores. As empresas compram mais espaço publicitário em conteúdo com maior engajamento, incentivando os criadores a produzir conteúdo que atraia essas visualizações. Como espectadores, pagamos com nosso tempo. Assistimos aos anúncios e consumimos o conteúdo que nos interessa. Quanto mais conteúdo relevante, mais tempo de visualização as redes sociais recebem. Por meio desse processo de direcionamento, os espectadores começam a ver tanto conteúdo alinhado à sua visão de mundo que isso cria uma falsa sensação de unilateralidade; eles acreditam que sua visão de mundo é a única razoável. Por exemplo, os espectadores confiam que os resultados de uma busca no Google fornecerão um conjunto imparcial de informações objetivas. No entanto, em *Algoritmos da Opressão*, Noble (2018) demonstra como narrativas

problemáticas, como o racismo, podem ser reforçadas quando os algoritmos criam uma visão limitada da realidade para os usuários. Por exemplo, Noble destaca que uma simples busca no Google por “garotas negras” traz resultados que reforçam estereótipos sexualmente explícitos.

É evidente que conteúdo com intenções nefastas atrai muitos usuários, mas um problema igualmente grave é o de algoritmos que expõem os usuários a uma câmara ecoideológica. O estudo de Sunstein (2017), *#Republic: democracia dividida na era das mídias sociais*, mostra como sites como o YouTube e o Facebook coletam preferências pessoais, como convicções políticas. Em seguida, categorizam os usuários em grupos políticos e compartilham essas informações com outras empresas de mídia social, chegando até mesmo a fornecê-las a candidatos políticos. Com base nos seus cliques e no tempo gasto visualizando publicações políticas, seu feed de notícias sugere conteúdo criado para engajá-lo ainda mais. Isso aumenta seu tempo de visualização e, conseqüentemente, a receita publicitária dessas plataformas. Infelizmente, Baksh e colegas (2015) descobriram que os usuários do Facebook tendem a evitar interagir com o conteúdo de seus amigos online quando este diverge de suas visões ideológicas. Aqui, podemos observar que os usuários retornarão repetidamente se a plataforma lhes oferecer o que desejam; infelizmente, com muita frequência, o que os usuários querem é se verem representados no conteúdo online e preferem não ser confrontados com ideias diferentes das suas. Isso deixa os indivíduos sem contato com a diversidade de perspectivas dos outros e não abre espaço para a geração de um verdadeiro entendimento cívico.

Será que o outro lado é tão extremista quanto pensamos? Bem, o que pensamos depende muito de onde obtemos nossas notícias online. A percepção que um indivíduo tem daqueles com perspectivas políticas diferentes é fortemente influenciada pelas fontes que consome. Como as fontes de notícias residem em um plano discursivo único, o enquadramento e o tom das narrativas e contranarrativas podem levar seus leitores a terem grandes discrepâncias em sua percepção do outro lado. Em seu estudo, Yudkin, Hawkings e Dixon (2019) calcularam a *diferença de percepção* entre o quão radical cada lado, republicano e democrata, percebia o outro. Eles descobriram que a exposição a certos sites de mídia estava correlacionada com a crença dos entrevistados de que o outro lado era mais radical do que realmente era. Fontes como Breitbart, Drudge Report, Rush Limbaugh, Sean Hannity, Slate, Huffington Post, New York Times, Washington Post, Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat ou Fox News estavam entre as fontes de notícias cujos leitores relataram maiores discrepâncias de percepção em comparação com pessoas que não obtêm suas notícias dessas plataformas. Simplificando, em todo o espectro político, a fonte de notícias que consumimos tem uma relação direta com o quão radical consideramos o outro lado.

A capacidade das redes sociais de criar câmaras de eco onde posições extremistas são fomentadas tem um efeito recíproco muito perigoso: a fácil rejeição de qualquer coisa que não esteja alinhada com suas ideias preconcebidas,

rotulando-a como *fake news* ou fatos alternativos. Em conjunto, um algoritmo que mostra apenas conteúdo alinhado com sua visão de mundo e o incentivo, por parte desse conteúdo, para considerar ideias opostas como *falsas* ou *alternativas*, criam um ecossistema onde o extremismo floresce. Segundo Thomas (2018), a mídia tradicional tem desempenhado um papel no extremismo pelo uso frequente de duas normas corruptoras. Primeiro, jornalistas não reconhecem seus próprios vieses, apresentando, em vez disso, uma fachada de objetividade e neutralidade. Segundo a cobertura de debates, eventos e até mesmo painéis é frequentemente enquadrada como incluindo “ambos os lados”. Quando apresentada de forma dualista e não multifacetada, a informação leva os indivíduos a se verem obrigados a escolher um lado. Essa falsa restrição de neutralidade e as construções binárias limitam a capacidade do indivíduo de considerar todo o espectro de perspectivas.

Em uma democracia, as comunidades sofrem quando vozes e perspectivas são excluídas por meio dessa estrutura binária, pois ficam limitadas a um número restrito de pontos de vista. Funk, Kellner e Share (2016) argumentam que a forma como a mídia popular apresenta essas normas corruptoras serve, na verdade, para reforçar ideologias preestabelecidas e consolidar o poder do grupo dominante. Por exemplo, um debate sobre mudanças climáticas que considera “ambos os lados” pode discutir a existência de dados científicos, ignorando o consenso da pesquisa científica mundial. Um debate mais produtivo e matizado poderia adotar a abordagem “O que deve ser feito para cuidar do nosso planeta?”. Com essa segunda abordagem, espectadores e participantes são incentivados a considerar uma ampla gama de posições, em vez de depararem com uma falsa dicotomia. Considere como uma abordagem não binária poderia mudar a discussão sobre o controle de armas. Os meios de comunicação frequentemente apresentam um ultimato dualista extremo e falacioso quando se trata da Segunda Emenda: permitir que todos tenham qualquer arma que desejarem ou revogar todos os direitos de posse de armas para todos. É claro que existe uma ampla gama de possibilidades intermediárias. Frequentemente chamadas pelos políticos de *leis de armas de bom senso* (*common-sense gun laws*), essas discussões menos engajadoras permitem que o diálogo cívico aconteça, enquanto os debates mais envolventes do tipo “escolha um lado” paralisam os espectadores, impedindo-os de compreender mais profundamente as nuances de uma questão.

### 3. OPORTUNIDADES

Considerando os desafios mencionados, as críticas populares às redes sociais são compreensíveis. No entanto, esse mesmo espaço oferece oportunidades inimagináveis para um engajamento cívico significativo. De fato, cientistas políticos têm demonstrado correlações entre a participação online e o engajamento político em geral, especificamente nos âmbitos online da cultura

participativa, do consumismo político e do engajamento cívico (Kann *et al.*, 2011). Há oportunidades claras para educadores e estudantes utilizarem as redes sociais de forma produtiva. Os jovens participam cada vez mais do discurso cívico, divulgando materiais de campanha, informando-se e participando de protestos, contatando ou trabalhando para um candidato, boicotando e até mesmo doando dinheiro (Dalton, 2008; 2016). O Centro de Informação e Pesquisa sobre Aprendizagem e Engajamento Cívico (Center for Information & Research on Civic Learning and Engagement, 2019) constatou que, durante o ciclo eleitoral de 2018, 42 estados registraram aumento na participação política dos jovens e, em 31 desses estados, esse aumento foi de dois dígitos em comparação com a eleição de meio de mandato anterior. Isso demonstra que os alunos têm consciência cívica e, quando têm a oportunidade, participam da política. Os educadores podem considerar que, diante dessas descobertas, a melhor maneira de ajudar os alunos é mudar a mentalidade da sala de aula, passando de “Como posso incentivar meus alunos a se engajarem civicamente?” para algo que reflita o nível atual de participação deles, como “Como posso repensar minhas aulas para apoiar o engajamento cívico contínuo dos meus alunos?”. É evidente que as mídias sociais se tornaram uma nova arena para os jovens navegarem em seu mundo social e político.

Nos últimos anos, vimos como as mídias sociais podem ser uma ferramenta poderosa para mobilizar grandes grupos de pessoas em movimentos políticos importantes para elas. Kann *et al.* (2011) afirmam que as mídias sociais proporcionam acesso à participação nesses movimentos com uma baixa barreira de entrada para o engajamento cívico. Esse engajamento intensificado de ambos os lados tem o potencial de afetar os fundamentos das políticas e da política nacional. Por exemplo, o Black Girls’ Literacies Collective criou conteúdo para mídias sociais que mostra a autenticidade da experiência de ser uma menina negra, a fim de construir contranarrativas que desafiam as narrativas midiáticas racistas, sexistas e classistas (McArthur, 2016). Movimentos com hashtags como #BlackLivesMatter, #Concernedstudent1950, #MeToo e #NoDAPL oferecem níveis graduais de participação para os usuários de mídias sociais — desde marcar uma publicação ou aplicar um filtro temporário no perfil até participar de uma marcha ou outro evento. Além da participação individual, os fóruns on-line proporcionam aos estudantes acesso ao discurso cívico, permitindo que eles discutam, deliberem e ajam em solidariedade com os movimentos que apoiam.

Como educadores, não podemos ser especialistas no cenário em constante evolução dos movimentos sociais, mas esse tipo de engajamento cívico online não exige isso de nós. Ao cultivarmos uma cultura de engajamento cívico crítico em nossas salas de aula, podemos apoiar nossos alunos para que aproveitem as oportunidades que lhes interessam.

## 4. LETRAMENTO MUDIÁTICO CRÍTICO ATRAVÉS DA CIDADANIA DIGITAL NA SALA DE AULA

Na sequência das recentes eleições, da pandemia global e dos movimentos por justiça social, a importância da literacia mediática — especialmente a literacia das redes sociais — é inegável. Os educadores que desejam promover a educação democrática na sala de aula devem proporcionar estas oportunidades como parte do currículo, para que os seus alunos desenvolvam uma compreensão de como melhor participar no discurso cívico online. Isto resultou numa proliferação de recursos como livros, artigos e planos de aula partilháveis, destinados a apoiar os professores na abordagem das questões politicamente sensíveis das “*fake news*” e dos “fatos alternativos” no nosso ambiente politicamente polarizado. Ao preparar este texto, analisamos em profundidade estas fontes e sintetizamos algumas sugestões para práticas em sala de aula. Muitos destes recursos adotaram a estrutura de quatro critérios proposta por Choi (2016), que inclui o foco na ética, na literacia mediática e informacional, na participação e envolvimento e, finalmente, na literacia crítica. Ao organizar as práticas em sala de aula de acordo com estes quatro critérios, os educadores que ensinam voltados à educação para a democracia podem ajudar os alunos a explorar o mundo multifacetado e complexo do envolvimento cívico online. Como era de se esperar, esses critérios provavelmente não serão ensinados isoladamente; cabe ao educador considerar, e talvez até orientar os alunos a considerar, quais deles são mais aplicáveis à atividade em questão. Isso pode incentivar os alunos a compreenderem essas habilidades como ferramentas a serem usadas em seu engajamento no discurso cívico e nas mídias sociais.

Além dos critérios listados abaixo, diversas ferramentas e sugestões para professores podem ser encontradas em dois livros importantes: *Unpacking fake news: an educator’s guide to navigating the media with students* (Journell, 2019) e *Critical media literacy and fake news in post-truth America* (Goering; Thomas, 2018). Esses recursos oferecem uma visão mais aprofundada sobre o engajamento cívico online do que é possível incluir neste artigo. Educadores interessados em desenvolver uma melhor compreensão do letramento midiático crítico e do engajamento cívico online se beneficiariam das sugestões contidas nessas fontes.

## 5. ÉTICA

Começar com uma discussão sobre a ética das redes sociais pode ser uma maneira eficaz de engajar os alunos. O modelo de Choi concentra as discussões iniciais destacando como os usuários de mídias sociais podem engajar de forma responsável com outras pessoas online, considerando primeiramente o que é apropriado, seguro e ético. É claro que a discussão em si depende da avaliação de fontes e evidências, mas isso deve ser feito levando em conta o viés inerente às próprias plataformas de mídia. Um exemplo apontado por Addison (2018) é

como as redes sociais incluem uma variedade de plataformas mercantilizadas. Esses sites existem para gerar lucro. Alguns sites ocultam sua agenda, enquanto outros a anunciam como sua missão. Gerar renda por meio de redes sociais não é inerentemente ruim; esses fundos muitas vezes impulsionam uma causa social ou criam oportunidades de emprego. Por outro lado, os sites podem estar usando conteúdo nefasto ou divisivo como forma de gerar renda, independentemente do impacto social negativo. O objetivo da educação para a democracia é ajudar os alunos a examinar criticamente como esse comércio impacta o discurso cívico e a justiça social em cada plataforma. A educação para a democracia inclui uma análise dos mecanismos de comunicação que influenciam quais perspectivas são incluídas e quais são excluídas. Não estamos sugerindo que os temas sejam restringidos, mas sim defendendo o ensino de como reconhecer quais vozes estão sendo marginalizadas para que os alunos possam aumentar a inclusão no discurso. Para fomentar essa inclusão, as intenções comerciais das plataformas online devem ser parte essencial de nossa investigação, discussão e debates. Ajudar os alunos a fazer perguntas como “Como os objetivos financeiros da plataforma excluem, intencionalmente ou não, contranarrativas?”, “Que tipos de tópicos são incluídos e excluídos com base no potencial de lucro desta plataforma?”, “Quem se beneficia mais da arquitetura da plataforma?” e “Como a capacidade desta plataforma de promover a justiça social é influenciada por suas necessidades financeiras?”.

Como identificar a verdade e os fatos no discurso online é muito mais difícil do que imaginamos, Hicks e Turner (2018) sugerem discutir vários tipos de evidências com os alunos: leis científicas, dados estatísticos, opiniões de especialistas ou de pessoas influentes e evidências pessoais da experiência vivida de uma pessoa. Incluir experiências vividas se conecta bem à educação para a democracia por meio das contranarrativas que desafiam argumentos que podem ser imprecisos ou injustos. Examinar diferentes tipos de evidências não apenas fornece material suficiente para os alunos discutirem, mas também pode aumentar o reconhecimento de vozes marginalizadas e apoiar a inclusão crítica. Essa dimensão ética concentra-se na inclusão e na justiça social, ampliando o reconhecimento de perspectivas marginalizadas.

Analisar evidências de conteúdo online, como vídeos, memes, reels, infográficos e manchetes sensacionalistas, pode criar uma maneira tangível para os alunos se envolverem em conversas relevantes. No entanto, essas conversas devem incluir um foco nas armadilhas comuns de cada tipo de evidência. Por exemplo, é comum ver dados científicos ou estatísticos sendo usados para *comprovar* uma posição. Faz sentido que esses conjuntos de dados sejam cuidadosamente selecionados — ousaríamos dizer, escolhidos a dedo — para apoiar essa posição. Embora pesquisadores e estatísticos raramente afirmem que seu trabalho prova algo, isso não impede que a mídia e os usuários online usem uma linguagem que sugere que a resposta definitiva está ali. Os alunos devem ser expostos às maneiras pelas quais as estatísticas podem ser apresentadas e manipuladas para apoiar uma variedade de alegações opostas. Uma próxima

etapa recomendada seria avaliar o conteúdo e as contra-evidências, levando em consideração as limitações de cada fonte de evidência. Hicks e Turner (2018) sugerem a estrutura MINDFUL para leitores e escritores em mídias sociais. Os alunos são incentivados a *monitorar* o que leem e escrevem, *identificar* a(s) alegação(ões), *observar* as evidências, *determinar* a estrutura e a mentalidade, *concentrar-se* nos fatos, *compreender* o contra-argumento e *aproveitar* sua resposta.

Outras maneiras de discutir ética em sala de aula incluem o uso de recursos visuais, como organizadores gráficos e storyboards, para mapear uma narrativa subjacente. Os alunos produziram uma série de recursos visuais que se concentram no contexto emocional da mensagem do autor dentro do discurso e conteúdo online. Por meio desse processo, os alunos desenvolvem uma mentalidade mais objetiva ao analisar as perspectivas, motivações e até mesmo os vieses dos criadores de conteúdo. Partindo da identificação de uma narrativa simples, Armendarez (2018) sugere apresentar uma série de narrativas comuns usadas por diversas fontes de mídia, como o herói americano, a família americana, o amor verdadeiro, a ciência e a tecnologia, a passagem para a vida adulta, o crime e o julgamento, o sucesso e a prosperidade, a qualidade humana e a diversidade. À medida que os alunos praticam a identificação de elementos dessas narrativas, aprendem a compreender as motivações por trás de seu uso. Essa compreensão mais profunda ajuda os alunos a construir o conhecimento prévio necessário para melhor interpretar as informações que encontram na mídia.

### 5.1. Letramento midiático e informacional

À medida que a cidadania digital, o letramento midiático crítico e a educação cívica online ganham cada vez mais destaque no cenário educacional, pode ser tentador para os educadores ignorar a real lacuna de acesso à tecnologia para muitos de nossos alunos. A maioria dos educadores interessados nesses tópicos são usuários de mídias sociais com acesso razoável a algumas das tecnologias mais recentes. É fácil ignorar a realidade de que muitos alunos hoje ainda não têm internet confiável em casa, não possuem um smartphone ou talvez tenham planos de dados limitados. Se os educadores desejam proporcionar aprendizado sobre o ambiente online, a exposição a esse ambiente precisa acontecer em sala de aula. Isso reduz a lacuna digital que tantas vezes se apresenta em função das divisões raciais e de classe e diminui a exclusão de alunos com acesso restrito à internet (Choi, 2016; Shelley *et al.*, 2004). Ao proporcionar essa experiência compartilhada em sala de aula, mais alunos poderão participar plenamente das discussões sobre o tema, praticar habilidades de letramento midiático e se engajar na vida cívica e política online.

Mais do que simplesmente fornecer a todos os alunos a mesma base para os tópicos de discussão, os professores devem considerar como a falta de acesso pode impactar as habilidades e a consciência online dos alunos. Fora da sala de

aula, tanto a falta de acesso quanto a falta de interesse podem limitar a exposição dos alunos à internet, restringindo, assim, sua consciência e sua capacidade de processar múltiplas perspectivas. No ambiente da sala de aula, os professores devem ajudar os alunos a avaliar o conteúdo de diversas fontes. Por exemplo, os professores podem compartilhar a cobertura de uma notícia de diferentes fontes (McGrew *et al.*, 2018), como CNN, Fox News e NPR. Com cuidado para evitar apresentar uma falsa dicotomia, os professores devem apresentar visões multidimensionais, argumentos e contra-argumentos, e narrativas com grande potencial para o discurso cívico. Analisar a página inicial de cada fonte pode fornecer pistas valiosas que ajudam os alunos a identificar vieses e motivações. O ensino intencional pode empoderar comunidades marginalizadas quando reconhece essas lacunas de acesso digital. Abordar as razões e as consequências dessas lacunas oferece aos alunos a oportunidade de considerar discursos inclusivos e excludentes em comunidades democráticas.

Promover o letramento midiático dos alunos envolve uma educação que inclui contextualizar informações de maneira relevante, útil e impactante. Os professores fariam bem em deixar de lado suas preferências pessoais e, em vez disso, abrir oportunidades em sala de aula para que os alunos explorem e avaliem criticamente materiais que já fazem parte de seu cotidiano ou que lhes sejam úteis. A maioria dos alunos possui uma vasta gama de experiências que podem servir como base para essa exploração. De fato, Lewis (2018) recomenda começar com as experiências vividas pelos alunos fora do ambiente virtual como base para contar histórias impactantes sobre sua escola, vizinhança ou equipes/clubes. Munidos dessa narrativa, os alunos podem utilizar recursos online existentes para aprimorar sua expressão e compartilhar suas histórias. Esse modelo parte do pressuposto de que os alunos já estão engajados em atividades cívicas e políticas e transforma a sala de aula em um centro de apoio para essas atividades preexistentes.

## 6. PARTICIPAÇÃO / ENVOLVIMENTO

Os jovens de hoje já são atores políticos e as redes sociais podem ser um espaço eficaz para desenvolverem sua participação cívica. No entanto, nem todo engajamento cívico online é igual. Termos como “slacktivism” (McClennen, 2018) surgiram para descrever gestos simbólicos de participação política online que são percebidos como ineficazes ou passivos — como republicar um artigo, usar filtros temporários no perfil ou postar uma demonstração pontual de apoio a uma causa global da moda: #PreocupaçãoSuperficial. Contudo, um ato pontual de apoio não parece superficial se for direcionado a questões ou indivíduos locais. Atitudes simples como curtir a publicação de um amigo podem ser muito significativas e transmitir apoio a quem as recebe. Esses atos de apoio podem ajudar os usuários a encontrar colegas com ideias semelhantes, compreender questões complexas e até mesmo questionar crenças anteriores quando estas são

compartilhadas por um amigo querido. Em suma, participar do discurso nas redes sociais pode ajudar os estudantes a compreenderem questões de forma mais profunda quando buscam entender aqueles que fazem parte de suas redes sociais (Boyd; Ellison, 2007).

O engajamento cívico em jovens geralmente se manifesta de quatro maneiras principais (Choi, 2016): engajamento político associado à votação e pesquisas de opinião; educação econômica que ensina como ser consumidores conscientes; construção de comunidades sociais, como jogos, entretenimento ou clubes de interesse específico; e engajamento no empoderamento pessoal, incluindo atos de liderança ou autonomia. Esses quatro temas de participação e engajamento levam em consideração que o ambiente online é, na verdade, uma comunidade em si, na qual os alunos naturalmente se orientam em grupos baseados em seus interesses. Com tantas nuances sobre o que atrai um aluno a uma dessas comunidades, é irrazoável pensar que os professores possam prever como os alunos se alinharão. Em vez disso, os professores devem apoiar a aprendizagem dos alunos, encontrando maneiras de ajudá-los a se engajar tanto em seus grupos de interesse naturais quanto em alguns fora de sua zona de conforto.

Compartilhar é uma das maneiras mais simples pelas quais os usuários podem se engajar em atividades cívicas online. Os usuários simplesmente veem algo de que gostam e, com um clique, isso aparece em seu feed para que seu círculo de amigos também possa ver. Como discutimos anteriormente, os algoritmos das mídias sociais rastreiam tudo online, incluindo compartilhamentos. Mais uma vez, nos vemos na necessidade de considerar criticamente o *impacto* que cada ação online, neste caso um *compartilhamento*, terá sobre o que mais vemos em nosso feed. Para ajudar os alunos a tomar decisões mais bem informadas sobre o que compartilham, Endecott e colegas (2018) fornecem aos alunos uma estrutura para considerar antes de decidir compartilhar publicações. A fórmula simples é Crença + Verdade = Conhecimento. Isso se baseia na ideia de que você nunca pode realmente saber se algo é falso. Nas mídias sociais, é fácil confundir crença com conhecimento. No entanto, os fatos dos quais temos conhecimento pessoal provavelmente omitem algum contexto e/ou relações de poder, então as coisas se complicam. Em vez de se concentrarem em verdades absolutas, os alunos devem se concentrar na credibilidade. Ao buscar uma compreensão mais ampla dos tópicos, os alunos podem avaliar melhor a verdade. Sites como o snopes.com e outros verificadores de fatos online podem adicionar contexto importante e ajudar a verificar a veracidade das afirmações. Além disso, os alunos podem consultar especialistas na área e/ou pessoas influentes para verificar se consideram a informação verdadeira. Agora que estabeleceram a veracidade das informações, os alunos podem aplicar as etapas da estrutura de Vida Universitária, Profissional e Cívica (C3), que consistem em desenvolver perguntas instigantes, aplicar conceitos e ferramentas disciplinares, avaliar as fontes com base em evidências e comunicar as perguntas e tomar medidas informadas. Como acontece com qualquer nova habilidade, percorrer essas etapas levará tempo no início, mas se tornará mais automático com a

prática. O benefício que os alunos obtêm ao distanciar o impulso inicial de compartilhar a informação do ato em si é uma perspectiva mais ampla sobre o tema e um melhor alinhamento com suas próprias crenças.

## 7. RESISTÊNCIA CRÍTICA

A crítica à estrutura de poder existente, questionando a desigualdade, o poder, a organização e a ideologia, é o foco do engajamento cívico online para a resistência crítica (Choi, 2016; Coleman, 2006). Essa perspectiva reconhece que as plataformas de mídia social não são espaços neutros para a participação dos usuários na vida cívica. Ao contrário, como mencionado na introdução, empresas como a Meta (empresa controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp), Twitter, Snapchat, YouTube e até mesmo o Google dependem de algoritmos que criam uma experiência única para cada usuário em seu feed. Mesmo mudanças sutis nesses algoritmos demonstraram influenciar o humor de uma pessoa e como ela se sente em relação a certos assuntos (Bucher, 2017). Schradie (2019) aponta que grupos de interesse frequentemente se apropriam de serviços em plataformas de mídia social e usam essa influência para promover suas agendas de preferência. Além disso, Addison (2018) explica como as plataformas de mídia social são, antes de tudo, um negócio. O entretenimento e o discurso cívico nelas são um meio para um fim, especificamente, o lucro. No entanto, esses espaços online estão intrinsecamente ligados ao nosso cotidiano; eles têm um grande impacto no humor e na perspectiva das pessoas e se tornaram um meio primordial para a sociedade transmitir valores e comportamentos alinhados à estrutura institucional neoliberal. Consequentemente, cidadãos ativos devem exigir que sua busca por lucro seja temperada por um desejo ainda maior de democracia. Com a recente adição de assinantes pagos às plataformas da Meta, resta saber como essa maior mercantilização de um software de código aberto impactará seus usuários e o discurso cívico em seu interior. Ao analisar a questão sob a perspectiva da manipulação midiática histórica, Woodson, King e Kim (2019) traçam paralelos entre o uso atual das mídias sociais para controle e coerção e o tratamento dado pela mídia tradicional a pessoas negras e afrodescendentes durante a Proclamação da Emancipação, bem como ao Macartismo na década de 1950 e até mesmo ao movimento Black Lives Matter. Nesses casos, a mídia utilizou seu alcance para reforçar códigos raciais e desacreditar intelectuais e ativistas negros. Além disso, a pesquisa deles corrobora a ideia de que, ainda hoje, as mídias sociais continuam permitindo que suas plataformas sejam usadas para depreciar e desacreditar pessoas negras em sua luta por reconhecimento. A análise demonstra que as interrupções intencionais na mídia e as *fake news*, embora não sejam novidade, têm o potencial de serem amplificadas nessas plataformas de mídia social de grande alcance.

Compreender a desinformação e a motivação por trás de sua produção é um dos principais focos da resistência crítica. Em vez de se concentrar em

encontrar fontes confiáveis, a resistência crítica busca desvendar as *fake news* e examinar como e por que elas são bem-sucedidas. Segall e colegas (2019) fornecem exemplos de discussões para estudantes sobre tópicos como privacidade na internet, o caso *Brown vs. Board of Education*, imigração, bem como alguns exemplos mais abstratos de desinformação. Nesse discurso, os pesquisadores observaram que os participantes empregaram um grau notável de raciocínio motivado e viés de confirmação como mecanismos para defender e reafirmar crenças previamente estabelecidas. Por exemplo, durante essas discussões, os alunos frequentemente defendiam sua perspectiva original usando desinformação, ao mesmo tempo em que contestavam evidências verificadas e as classificavam como *fake news*. Da mesma forma, Journell e Clark (2019) encontraram o mesmo padrão de comportamento em sua análise de memes políticos. Esses memes, argumentam eles, são um veículo quase perfeito para perpetuar nossas opiniões preexistentes. Memes são imagens, geralmente algo chamativo, que são reproduzidas pelos usuários, mas com uma nova legenda, com a intenção de nos fazer sentir ou pensar algo. Como os usuários veem essas imagens com tanta frequência, elas lhes parecem familiares. Infelizmente, essa familiaridade gera uma falsa sensação de veracidade; os alunos acreditam que, pelo simples fato de verem algo com frequência, isso deve ser verdade. Assim, uma imagem familiar que carrega uma mensagem que confirma seu viés será muito confortável para o aluno e terá maior probabilidade de ser incorporada ao seu esquema mental, confirmando sua perspectiva. Funk e seus colegas (2016) oferecem mais orientações aos alunos, fornecendo uma lista de perguntas para ajudá-los a avaliar as fontes. Na lista de perguntas abaixo, podemos observar muitos dos mesmos componentes sugeridos na seção Ética. No entanto, as três últimas perguntas diferem por se concentrarem especificamente nas lutas por um lugar à mesa do poder e do privilégio, que normalmente é reservado apenas ao grupo dominante.

- 1) Quem são todas as pessoas que possivelmente fizeram escolhas que ajudaram a criar este texto?
- 2) Como esse texto foi construído e distribuído/acessado?
- 3) De que outra forma este texto poderia ser interpretado?
- 4) Quais valores, pontos de vista e ideologias estão representados, ausentes ou influenciados por este meio de comunicação?
- 5) Por que esse texto foi criado e/ou compartilhado?
- 6) Quem se beneficia e/ou é prejudicado por este texto?

Pode ser uma lição complexa, mas um professor experiente pode ajudar seus alunos a entender como a desinformação pode ser usada por diversas pessoas para promover diferentes objetivos. Ensinar como o conteúdo online, como memes políticos, é criado e compartilhado ajuda os alunos a enxergarem a desinformação como parte da condição humana, em vez de rotulá-la como um esforço unilateral (Segall *et al.*, 2019). O objetivo dessa abordagem pode ser melhor focado em como a desinformação atinge comunidades já marginalizadas. Uma maneira de ajudar os alunos a vivenciarem essa lição é incorporar

etnografias e contranarrativas que os levem a acompanhar a jornada de pessoas da classe trabalhadora enquanto produzem conhecimento e letramento. Uma análise das maneiras pelas quais pessoas e perspectivas são marginalizadas pela sociedade e pela mídia pode ajudar os alunos a compreender melhor e criar um cenário de mídia social mais equitativo. Morrell (2013) sugere algumas atividades em sala de aula que apoiam o letramento e destacam as vozes de comunidades marginalizadas. Por exemplo, uma professora utilizou diversos romances que exploram a experiência urbana de pessoas negras e latinas nos Estados Unidos. Em seguida, os alunos compararam essas histórias com as narrativas veiculadas pela mídia. Esse exercício ajuda os alunos a analisar criticamente as forças sociais da narrativa dominante e lhes dá a oportunidade de estudar a resistência à opressão e ao neocolonialismo.

## 8. CONCLUSÃO

As redes sociais têm um grande potencial. Podem servir como um recurso de fácil acesso, proporcionando uma plataforma robusta para o engajamento e o debate cívico. Mas tudo isso é novo. O campo ainda está em desenvolvimento, e como sociedade, ainda estamos explorando as oportunidades e os desafios. Estamos nos aproximando dos 25 anos desde o lançamento do Facebook, e nesse período ainda não se sabe se as redes sociais servirão de apoio aos movimentos sociais em prol da democracia ou se simplesmente perpetuarão as divisões ideológicas que sustentam a opressão sistêmica em uma nova geração. Por isso, qualquer modelo de educação para a democracia deve incluir, e ser adaptável às, mudanças na tecnologia, nas redes sociais e em outras formas inovadoras de engajamento cívico. Em suma, os educadores devem desempenhar um papel fundamental em ajudar as futuras gerações a se adaptarem às complexidades do engajamento cívico contemporâneo para promover a democracia.

Este ensaio busca apresentar as mídias sociais como um meio para o engajamento cívico. A principal limitação do artigo reside na natureza dinâmica das mídias sociais. Portanto, os pesquisadores devem continuar a desenvolver essas ideias dentro desse cenário em constante transformação. Uma importante implicação para a prática é que os professores não precisam necessariamente ter um conhecimento superior de mídias sociais em comparação com seus alunos. De fato, isso será difícil. Em vez disso, os professores podem trabalhar com os alunos para que aprendam novas plataformas, desenvolvam sua compreensão e naveguem juntos pelos desafios e oportunidades.

## REFERÊNCIAS

ADDISON, Joanne. Teaching critical media literacy as a social process in writing intensive classrooms. *In*: GOERING, Christian; THOMAS, Paul (org.).

**Critical media literacy and fake news in post-truth America.** Boston, MA: Brill Sense, 2018. p. 85–98.

ARMENDAREZ, Erin O’Neill. Engaging the storied mind: teaching critical media literacy through narrative. *In*: GOERING, Christian; THOMAS, Paul (org.). **Critical media literacy and fake news in post-truth America.** Boston, MA: Brill Sense, 2018. p. 115–126.

BAKSHY, Eytan; MESSING, Solomon; ADAMIC, Lada A. Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. **Political Science**, v. 348, n. 6239, p. 1130–1132, 2015. DOI: 10.1126/science.aaa1160.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 30, p. 210–230, 2007. DOI: 10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x.

BUCHER, Taina. The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, p. 30–44, 2017. DOI: 10.1080/1369118X.2016.1154086.

CAMICIA, Steven; KNOWLES, Ryan T. **Education for democracy: a renewed approach to civic inquiries for social justice.** Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2021.

CHOI, Moonsun. A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age. **Theory & Research in Social Education**, v. 44, p. 565–607, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>. Acesso em: 5 maio 2021.

CENTER FOR INFORMATION & RESEARCH ON CIVIC LEARNING AND ENGAGEMENT. 2018 youth voter turnout increased in every state. **Tufts University**, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://www.quora.com/Do-we-say-in-the-report-or-on-the-report-What-is-the-difference>. Acesso em: 5 maio 2021.

COLEMAN, S. Digital voices and analogue citizenship: bridging the gap between young people and the democratic process. **Public Policy Research**, v. 13, p. 257–261, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1070-3535.2006.00451.x>. Acesso em: 5 maio 2021.

DALTON, Russell J. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political Studies**, v. 56, p. 76–98, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00718.x>. Acesso em: 5 maio 2021.

DALTON, Russell J. **The good citizen: how a younger generation is reshaping American politics.** Washington, D.C.: Sage CQ Press, 2016.

ENDECOTT, Jason; DINGLER, Matthew L.; FRENCH, Seth D.; BROOME, John P. Before you click “Share”: mindful media literacy as a positive civic act.

*In:* GOERING, Christina Z.; THOMAS, Paul L. (org.). **Critical media literacy and fake news in post-truth America**. Boston, MA: Brill Sense, 2018. p. 99–114.

FUNK, Steven; KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Critical media literacy as transformative pedagogy. *In:* YILDIZ, Melda N.; KEENGWE, Jared (org.). **Handbook of research on media literacy in the digital age**. Hershey, PA: Information Science Reference, 2016. p. 1–30.

GEORGETOWN UNIVERSITY. Bridge Initiative Team. **Factsheet – PragerU**. Washington, DC, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://bridge.georgetown.edu/research/factsheet-prageru/>. Acesso em: 5 maio 2021.

GOERING, Christian Z.; THOMAS, Paul L. (org.). **Critical media literacy and fake news in post-truth America**. Boston, MA: Brill Sense, 2018.

HICKS, Troy; TURNER, Kristen H. Reconsidering evidence in real world arguments. *In:* GOERING, Christian Z.; THOMAS, Paul L. (org.). **Critical media literacy and fake news in post-truth America**. Boston, MA: Brill Sense, 2018. p. 25–38.

JAEGER, Paul T.; TAYLOR, Natalie Greene. Arsenals of lifelong information literacy: educating users to navigate political and current events information in a world of ever-evolving misinformation. **Library Quarterly**, v. 91, n. 1, p. 19–31, 2021. DOI: 10.1086/711632.

JOURNELL, Wayne.; CLARK, Chris. H. Political memes and the limits of media literacy. *In:* JOURNELL, Wayne. (org.). **Unpacking fake news: an educator's guide to navigating the media with students**. New York, NY: Teachers College Press, 2019. p. 109–126.

JOURNELL, W. (org.). **Unpacking fake news: an educator's guide to navigating the media with students**. New York, NY: Teachers College Press, 2019.

KANN, Mark E.; BERRY, Jeff.; GANT, Cody; ZAGER, Peter. The internet and youth political participation. *In:* DALTON, Russell J. (org.). **Engaging youth in politics: debating democracy's future**. New York, NY: IDEBATE Press, 2011. p. 148–160.

KELLNER, Douglas; SNARE, J. Critical media literacy, democracy, and the reconstruction of education. *In:* MACEDO, Donaldo; STEINBERG, Shirley R. (org.). **Media literacy: a reader**. New York: Peter Lang Publishing, 2007. p. 3–23.

LEWIS, Matthew. A. Supporting media-savvy youth-activists: the case of Marcus Yallow. *In:* GOERING, Christian Z.; THOMAS, Paul L. (org.). **Critical media literacy and fake news in post-truth America**. Leiden, The Netherlands: Brill Sense, 2018. p. 127–139.

McARTHUR, Sherell A. **Black girls and critical media literacy for social activism**. *English Education*, v. 48, n. 4, p. 462-479, 2016.

McCLENNEN, Sophia A. What's wrong with slactivism? Confronting the neoliberal assault on millennials. *Workplace*, v. 30, p. 298-311, 2018. DOI: 10.14288/workplace.v0i30.186396.

McGREW, Sarah.; BREAKSTONE, Joel.; ORTEGA, Teresa.; SMITH, Mark; WINEBURG, Samuel. Can students evaluate online sources? Learning from assessments of civic online reasoning. *Theory & Research in Social Education*, v. 46, n. 2, p. 165-193, 2018. DOI: 10.1080/00933104.2017.1416320.

MORRELL, Ernest. 21st-Century literacies, critical media pedagogies, and language arts. *The Reading Teacher*, v. 66, n. 4, p. 300-302, 2013. DOI: 10.1002/TRTR.01125.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York, NY: NYU Press, 2018.

O'NEAL, Cathy. **Weapons of math destruction**: how big data increases inequality and threatens democracy. New York, NY: Crown Publishing Group, 2016.

SCHRADIE, Jen. **The revolution that wasn't**: how digital activism favors conservatives. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019.

SEGALL, Avner.; CROCCO, Margaret S.; HALVORSEN, Anne-Lise.; JACOBSEN, Rebecca. Teaching in the twilight zone of misinformation, disinformation, alternative facts, and fake news. *In: JOURNELL, Wayne. (org.). Unpacking fake news: an educator's guide to navigating the media with students*. New York, NY: Teachers College Press, 2019. p. 74-91.

SHELLEY, Mack C., SALKIN, Michael; GUMMERSON, Emil, SHANIN, Shu S., HE, Helen. Digital citizenship: parameters of the digital divide. *Social Science Computer Review*, v. 22, p. 256-269, 2004. DOI: 10.1177/0894439303262580.

STODDARD, Jeremy. The need for media education in democratic education. *Democracy and Education*, v. 22, n. 1, p. 1-9, 2014.

STOCKING, Gillian; NEUBAUER, Rachel; KEETER, Scoott; MA, Laura. **The role of alternative social media in the news and information Environment**. Pew Research Center, 2022. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/2022/10/06/the-role-of-alternative-social-media-in-the-news-and-information-environment>. Acesso em: 5 maio 2021.

SUNSTEIN, Cass R. **#Republic**: divided democracy in the age of social media. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017.

THOMAS, P. L. An educator's primer: fake news, post-truth, and a critical free press. *In: GOERING, Christian Z.; THOMAS, Paul L. (org.). Critical media*

**literacy and fake news in post-truth America.** Leiden, The Netherlands: Brill Sense, 2018. p. 7–24.

WOODSON, Ashley.; KING, LaGarrett J.; KIM, Esther. Real recognize real: thoughts on race, fake news, and naming our truths. *In*: JOURNELL, Wayne. (org.). **Unpacking fake news: an educator's guide to navigating the media with students.** New York, NY: Teachers College Press, 2019. p. 30–41.

YUDKIN, Daniel; HAWKINS, Solon; DIXON, Thomas. **The perception gap: how false impressions are pulling Americans apart.** Hidden Tribes, 2019. Disponível em: <https://perceptiongap.us/media/zaslaroc/perception-gap-report-1-0-3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.